

A Criação da Associação Auxiliadora das Classes Laboriosas no Processo da Imigração Portuguesa em São Paulo

Yvone Dias Avelino*

O presente artigo pretende desenvolver a partir dos processos imigratórios da comunidade portuguesa para São Paulo a criação de instituições de prestação de assistências e socorros à parcela carente desses agentes e outros necessitados, tratando especificamente dos primeiros anos da criação da Associação Auxiliadora das Classes Laboriosas, fundada por imigrantes que trabalhavam principalmente como pedreiros e carpinteiros na capital paulista. Para tanto, é necessário que entendamos os processos transitórios e as condições históricas que envolveram a vinda desses imigrantes para o Brasil e, especialmente, São Paulo.

Há cento e cinquenta anos atrás, o Brasil era um país predominantemente agrário. Embora algumas cidades existissem e em algumas delas o processo de industrialização já estivesse em desenvolvimento, a paisagem rural dominou preponderantemente até meados de 1870. A riqueza brasileira provinha, até então, da agricultura e da exportação de produtos agrícolas. Nas décadas finais do Século XIX, ocorreram grandes transformações econômicas e sociais, que propiciaram as condições necessárias para a industrialização e para um desenvolvimento urbano acelerado. Pequenos núcleos urbanos e cidades se expandiram, e novos centros se formaram, onde as chaminés de fábricas e conjuntos industriais os povoaram, modificando-lhes a feição pacata e imprimindo-lhes outros ritmos de atividades. Novas formas de viver surgiram ao lado da antiga do mundo agrário, onde a grande riqueza nacional havia sido o café.

No oeste do Estado de São Paulo, a economia cafeeira se organizou em novas bases a partir de 1870; ali a mão de obra empregada nas lavouras era imigrante e livre, em substituição à mão de obra escrava, adotada tradicionalmente até então. A economia cafeeira passou a ter um caráter capitalista, com o trabalho livre, a mecanização parcial da produção moderna, a rede de transportes viária e marítima, financiamento mais

* Professora Titular do Departamento de História da PUC-SP. Chefe do Departamento de História da PUC-SP (Gestão 2009-2011). Coordenadora do Núcleo de Estudos de História Social da Cidade – NEHSC – da PUC-SP. Editora Científica da Revista Cordis – Revista Eletrônica de História Social da Cidade (www.pucsp.br/revistacordis).

eficiente da lavoura, do comércio e da exportação desse produto agrícola. Muitos cafeicultores passaram a investir seus lucros em atividades urbano-industriais, diversificando seus interesses. Os lucros altos obtidos com o café permitiram que eles passassem a aplicar capitais não só na agricultura, mas também no comércio, na indústria e nas finanças.

Nos inícios da República, empreendimentos industriais e urbanos de diferentes portes e dimensões podiam ser vistos nas cidades em crescimento como grandes fábricas, fabriquetas, oficinas pequenas e médias empresas, estabelecimentos comerciais, botequins, companhias de transportes e de serviços vários.

Na cidade de São Paulo, em meados de 1920, o “mundo do trabalho” era imenso. A indústria têxtil apresentava-se como “*a mais poderosa de todas as indústrias paulistas*”.¹

Estimava-se que o número de cidadãos de várias nacionalidades vivendo como operários era grande para a época, e o número de fábricas e estabelecimentos industriais que os acolhiam era imenso:

Em 1928, o Estado de São Paulo destacava-se como a unidade federativa mais industrializada do país. Segundo dados do Recenseamento Geral de 1920, São Paulo possuía em tal ano mais de 30% do número de estabelecimentos industriais e concentrava 27% do capital investido, 29% dos operários e 31,5% de todo o valor produzido no setor fabril doméstico.²

Do total de trabalhadores, mais de 55.000 eram autônomos: pedreiros, carpinteiros, pintores, eletricitas, chauffeurs, carroceiros, padeiros, saqueiros, condutores de tração animal e jornaleiros em geral. O trabalho urbano era bastante heterogêneo, tendo operários industriais e urbanos, trabalhadores assalariados ou independentes, operários de grandes e pequenas indústrias, de oficinas de tamanho

¹ Jornal Correio Paulistano. A Indústria Paulista, 09 de Maio de 1930, p. 2.

² Loureiro, Felipe Pereira. *Nos Fios de Uma Trama Esquecida: a indústria têxtil Paulista nas décadas pós-depressão (1929-1950)*. Dissertação de Mestrado em História Econômica – Departamento de História, USP, São Paulo: 2006, p.32.

médio ou de “fundo de quintal”. Nota-se, portanto, que as relações de trabalho na Capital do Estado de São Paulo eram bastante complexas à essa época.

Representantes da burguesia agrária nacional, especialmente ricos fazendeiros de café, diversificaram a aplicação de seus capitais investindo na indústria, e imigrantes que chegaram ao Brasil já com capitais e que se devotaram inicialmente aos negócios de importação, devido às facilidades de suas condições de estrangeiros (cultura europeia e domínio de línguas), logo se tornaram concorrentes, passando a aplicar também na indústria, fabricando produtos que antes eram importados. Muitos nomes de imigrantes endinheirados, que se tornaram grandes industriais nos inícios da industrialização do Brasil são bastante conhecidos, como Matarazzo, Crespi, Klabin, Jaffet, entre outros.

Nas primeiras décadas da República, as indústrias se reúnem e fundam Centros e Associações, que vão zelar por suas conveniências: Centro Industrial do Brasil, Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão, Centro da Indústria de Calçados e Comércio de Couros, Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP – 1928), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP – 1931) são alguns exemplos. Esses pioneiros mostraram extrema dureza no estabelecimento das normas e da disciplina do trabalho dentro de suas fábricas, e muita intransigência diante das reivindicações operárias.

A repressão foi a tônica nas relações do empresariado industrial com o operariado fabril, nos primeiros tempos da industrialização, tanto dentro quanto fora das fábricas.³ Alguns industriais, tendo em mente uma maior produtividade e um melhor comportamento do operariado, buscaram implantar alguns supostos benefícios para o trabalhador, tendo em mente estabelecer medidas repressivas no interior do espaço da fábrica e fora delas. Um dos mais famosos industriais a adotar tais práticas foi Jorge Street que, junto à sua fábrica de tecidos no Belenzinho, constituiu uma grande vila operária, com escola, creche, igreja, clube recreativo e esportivo. Era a Vila Maria Zélia, bastante conhecida em São Paulo e no país de modo geral.⁴

De 1890 a 1920, os imigrantes estrangeiros, e seus filhos nascidos no Brasil foram a maioria da classe operária urbana em São Paulo, Santos, cidades do interior e

³ Decca, Maria Auxiliadora Guzzo de. *Indústria, Trabalho e Cotidiano*. Brasil (1889-1930). São Paulo, Atual: 1991.

⁴ Teixeira, Palmira Petratti. *A Fábrica do Sonho*. Trajetória do industrial Jorge Street. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1990.

Rio de Janeiro. O modo de vida desses imigrantes era bastante semelhante ao das camadas mais pobres da população, o que facilitou nas cidades mais industrializadas uma união em torno de interesses e objetivos comuns. Diante do penoso cotidiano dentro e fora das fábricas, o operariado se mobilizou e resistiu de várias maneiras: produção boicotada, furto e sabotagem nas fábricas registrados pelos organismos patronais, indiferença e desobediência perante as normas, os preceitos e os valores instituídos pelos setores sociais dominantes.

Inúmeras greves eclodiram, como a dos portuários em Santos, em 1904; a dos ferroviários em São Paulo, em 1906; a greve pela jornada de trabalho de oito horas diárias, em São Paulo, em 1907, também em função das novas medidas parlamentares adotadas, visto que alguns desses políticos também eram os mesmos donos das indústrias.⁵ O movimento operário ressurgiu com maior força entre 1917 e 1920, sendo que em 1917, houve a maior e mais importante greve paulistana, com grande movimentação popular e grande alcance político.⁶

Foram criadas nesse contexto de conflitos as primeiras associações operárias de auxílio mútuo, sucederam-se aí também os sindicatos. Anarquistas, anarco-sindicalistas ou libertários, socialistas de tendência reformista ou revolucionária e trabalhista militaram na organização operária e sindical. As principais correntes foram as anarquistas ou socialistas, até 1922, quando foi fundado o Partido Comunista do Brasil, que passou a ter presença junto aos trabalhadores no decorrer da década de 20. O operariado urbano-industrial operou duras condições de trabalho e baixos salários. As jornadas se estendiam até treze, catorze e quinze horas, e as crianças, inclusive, estavam sujeitas a largos períodos de trabalho. As de cinco, dez e catorze anos já se ocupavam de trabalhos fabris, com baixos salários (200 Réis diários). Os salários operários de uma maneira geral estavam aquém dos aumentos de preços e do custo de vida. Essa precariedade salarial pode ser melhor percebida se levarmos em conta a habitação, a alimentação, o vestuário, o transporte, a educação, o lazer e a saúde, sobretudo. Jornais relatavam de modo dramático as condições de vida do operariado nos centros urbanos,

⁵ Cf. Lei nº 1.641, de 07 de Janeiro de 1907, promulgada por Adolfo Gordo, que previa deportação dos imigrantes que professassem o anarquismo, o socialismo, o comunismo, ou que lutassem por seus direitos:

<http://recollectionbooks.com/bleed/ArchiveMirror/ArquivoDeHist%F3riaSocialEdgarRodrigues/Lei%20Adolfo%20Gordo.htm>.

⁶ Cf. Khoury, Yara Aun. *As Greves de 1917 em São Paulo*. São Paulo, Cortez, 1981.

que cresciam com a industrialização, permitindo que se dimensionassem de modo mais concreto essas questões.

Em relação às moradias, tanto nos bairros operários, populares e industriais habitavam pobres em exíguas moradias, muitas vezes coletivas, os chamados cortiços. Eram casas que condiziam com os parcos salários operários, com baixo padrão habitacional, péssimas condições higiênicas, gerando epidemias em espaços acanhados, insalubres e grande promiscuidade.

(...) as casinhas do cortiço, à proporção que se atamancavam, enchiam-se logo, sem mesmo dar tempo a que as tintas secassem. Havia grande avidez em alugá-las; aquele era o melhor ponto do bairro para a gente do trabalho. Os empregados da pedreira preferiam todos morar lá, porque ficavam a dois passos da obrigação.⁷

Além da moradia, a alimentação consumia a maior parte do salário, onde o baixo padrão de vida não permitia condições melhores, pois muitos compravam em vendas com cadernetas de pagamento mensal, o que era exorbitante para esses assalariados, individualizando-os. As agitações contra a fome e a carestia em 1913, 1914 e 1917 são registradas na imprensa, e mostram as péssimas condições alimentares.

Quanto ao vestuário, limitava-se ao estritamente necessário. Documentos produzidos por operários referem-se aos seus trajes como trapos, andrajos e ausência de calçados e chinelos. As crianças recebiam as roupas dos irmãos ou parentes mais velhos, que cresciam e careciam de modelos maiores, que também herdavam entre a comunidade.

No que se refere à educação, o operariado, principalmente imigrante teve pouco acesso. Só a partir das décadas de 10 e 20 que seus filhos passaram a frequentar as escolas públicas, os grupos escolares em São Paulo. Poucos chegavam a concluir o curso primário. Indústrias de grande porte mantinham escolas nas vilas operárias, como a Votorantim, em Sorocaba, e Carioba, em Americana. A igreja e o Estado também ofereciam escolas profissionalizantes, e os anarquistas mantiveram até 1920 escolas modernas, com métodos humanistas e racionalistas.

⁷ Azevedo, Aluísio. *O Cortiço*. São Paulo, Ática: 2009.

O lazer era de curto período. Depois das extensas jornadas de trabalho, ocupava-se o pequeno tempo livre. Tanto a grande imprensa como a imprensa operária foram unânimes que o operariado frequentava as sociedades recreativas dançantes. Engrossavam com sua presença os clubes de futebol. Gostavam de bares e de casas de jogos. Fazendo apostas. Havia os grupos de conversas nas calçadas, e era o lazer também praticado em torno das refeições coletivas, com músicas nas ruas, conjuntos de bandas operárias, tanto nas festas religiosas quanto nas populares, que variavam de acordo com elementos culturais das várias regiões.

Os trabalhadores se reuniam por fábrica, por bairro, por categoria profissional, por nacionalidade e, mais tarde, por sindicatos, para organizar grupos musicais, dançar, ir ao cinema, ao futebol, teatros amadores e piqueniques. Nos anos 20 e início dos 30, grupos comunistas empreenderam campanha pela proletarização do esporte, notadamente dos clubes de futebol, havendo atividades sindicais nos grupos de várzea, e centros esportivos de bairro.

A partir de suas diferentes concepções políticas, propuseram uma resistência organizada no cotidiano, buscando constituir um modo de vida que julgaram ser condizente com as profissões operárias. Foi por puro italianismo, por exemplo, que nasceu o Palmeiras, inicialmente como Palestra Itália, no exato ano em que o mundo mergulhava na sua Primeira Grande Guerra. Nesta imensa colcha de retalhos culturais de imigrantes, depois de experiências paralelas de alguns, formaram-se outros times, como o Corinthians, com os espanhóis no ferro-velho do Tatuapé.

A higiene e a saúde no meio operário foram extremamente insuficientes, desde 1890 até 1930, e mesmo até a década de 1940, que continuou a apresentar altos índices de mortalidade por tuberculose, doenças infectocontagiosas e elevadas cifras de mortalidade infantil. Não havia saneamento básico, fiscalização, rede de esgotos, água encanada, sendo os poços artesianos construídos muito próximos das fossas, e as habitações contaminadas geravam febres tifóides, sarampo, lepra e meningite.

Epidemias frequentes apareciam devido ao acelerado crescimento urbano desacompanhado de infraestrutura. O auxílio médico e assistências de saúde de modo geral foram buscados nas associações operárias beneficentes, nas sociedades de auxílio mútuo, nos sindicatos, depois de organizados, e nas Santas Casas de Misericórdia.

Apenas nas décadas de 20 e 30 se organizou e se estruturou um serviço de saúde e previdência social por parte dos poderes públicos.

Neste burburinho de acontecimentos entre a vida profissional e a vida familiar, a experiência de alguns operários politizou-se em função das diversas reuniões para reivindicações que buscavam novos caminhos para a melhoria de vida tanto de operários imigrantes quanto de paulistanos, que passavam pelas mesmas condições precárias de vida. Assim, grupos que lutavam pelos mesmos interesses foram tomando formas sólidas de associações, que tentavam lhes garantir boas condições, como melhores moradias, serviços de atendimento à educação, ao lazer e à saúde, visto que o Estado não geria todas essas necessidades como o esperado. Desde 1892, quando foi criado o Serviço Sanitário Paulista, que atuou principalmente na cidade de São Paulo e no Porto de Santos, algumas providências do Governo foram tomadas, mas não atingiam o séquito operariado da população. Nasceu também em São Paulo, no mesmo ano, os laboratórios Bacteriológico, Vacinogênico e de Análises Clínicas e Farmacêuticas, com o apoio de cientistas também estrangeiros.

As questões aqui expostas nos remetem de volta à São Paulo do final do XIX, onde prevendo e já vivenciando todas essas mazelas, um grupo de carpinteiros e pedreiros uniu-se para criar uma assistência médica para suas famílias. Em um sistema de cooperativa, alugaram uma sala e contrataram dentistas e médicos para atender aos associados. Nasceu assim, esta Associação, objeto de nossa presente comunicação, pioneira na organização médica para a classe trabalhadora. Surgiu em 31 de Maio de 1891, em São Paulo, com o nome Associação Auxiliadora dos Carpinteiros e Pedreiros, tendo cerca de 400 associados em sua criação. A maior preocupação da entidade foi garantir o acesso dos trabalhadores a médicos por preços razoáveis. Era apenas uma associação de carpinteiros e pedreiros, ou seja, uma parcela da sociedade trabalhadora paulistana menos favorecida.

O primeiro presidente foi o pedreiro português João José Vieira de Sá. A primeira diretoria era composta por outros seis imigrantes portugueses, todos ligados à construção civil. À época, o Brasil ainda vivia os reflexos do regime escravocrata, apesar da abolição, ocorrida em 1888. Imigrantes europeus decidiram então se unir para proporcionar esse apoio mútuo aos menos favorecidos em caso de doenças, desemprego ou morte.

Com o surgimento da Associação Auxiliadora, o empregador pagava o tratamento médico, mas depois descontava do salário do operário. “*Pode-se dizer que a iniciativa foi um embrião do chamado Direito Trabalhista. Na época, trabalhava-se de 12 a 14 horas por dia, sem descanso semanal.*”⁸

Dentro desse idealismo de ajuda em cooperativa, dois nomes se destacaram: Alberto Ferreira Sertié, que foi o responsável pela elaboração do Estatuto da Associação; e Lourenço Francisco Gomes, que adquiriu um terreno para a construção de uma sede, visto que as reuniões do grupo se faziam nas residências de associados, sobretudo, na casa de seu Tesoureiro, José Lopes Calça, na rua Florêncio de Abreu, nº 49. Em 1907, a Associação construiu sua sede na Rua do Carmo, nº 25, centro da cidade de São Paulo, tendo esta mesma rua seu nome alterado em 1952, passando a se chamar rua Roberto Simonsen, e o endereço da sede alterado para o nº 22. Nesse mesmo espaço foi edificado o Auditório Celso Garcia, homenagem prestada ao seu grande benfeitor, Afonso Celso Garcia. Este espaço foi palco de grandes atividades operárias e sindicais, desde o início do século, até a década de 60, fazendo, portanto, parte da história e do patrimônio cultural dos trabalhadores de São Paulo.

As novas instalações foram ocupadas por consultórios médicos e dentários, laboratório e farmácia. Para ajudar nas despesas que eram altas, visto que o sistema de cooperação pouco rendia, o espaço restante da sede foi alugado. Instalaram-se ali o Centro Dramático e Recreativo Internacional, o Grêmio Dramático Maria Falcão e o Grêmio Dramático e Recreativo Anita Garibaldi, que se utilizavam do espaço do Auditório. Uma inteligente mescla entre assistencialismo e cultura, fundindo na mesma Associação a participação de companhias teatrais. A entidade foi pioneira no Brasil a adotar o lazer como terapia na cura de doenças, pois apenas muito tempo depois os norte-americanos a aplicaram em tratamentos patológicos.

A Associação Auxiliadora de Carpinteiros e Pedreiros se reorganizou, abrindo espaço para outros atendimentos a profissionais de outras categorias, ou seja, de pedreiros e carpinteiros para operários das indústrias em geral e ao comércio, razão pela qual o nome foi mudado para Associação Auxiliadora das Classes Laboriosas, na década de 30 do século XX. O nome “*Laboriosas*” vem de “*labor*”, que em latim

⁸ Antonio de Sousa Loureiro Filho, presidente das Classes Laboriosas entre 2005 e 2007. Entrevista à Revista Pangea – Quinzenário de Política, Economia e Cultura. www.clubemundo.com.br/revistapangea.

significa “*trabalho*”. Se a Associação não atingiu seu ideal trabalhista, ao menos serviu para reagir contra o abuso da “*caixa de empresa*”, que sugava os proventos dos trabalhadores, quando a doença os atingia. Esses injustos descontos empurravam os trabalhadores para as Classes Laboriosas, em busca de uma assistência médica mais digna e mais barata.

Nesse espaço misto de atividades assistenciais e culturais, além das peças teatrais e reuniões políticas sobre as condições de vida dos trabalhadores se efetivou uma dinâmica de busca de soluções para assuntos os mais prementes de seus associados e da comunidade, que no Estado Novo foram bastante reprimidas. O prédio da sede conserva até os dias de hoje suas características, com vitrais e gradis de ferro nas escadarias, sendo parte dos Patrimônios Históricos e Culturais da cidade e do Estado de São Paulo, não perdendo nem em um incêndio no ano de 2008 sua beleza e encanto, não se tendo iniciado a sua reforma.

As reuniões operárias voltaram a ocorrer no Auditório Celso Garcia nos idos de 1945, o que nos deixou uma rica fonte de documentações históricas. Mas por ser o trabalhador um agente social negligenciado na história brasileira, essas documentações eram frequentemente caçadas e destruídas em sua maior parte. Porém, a herança das Classes Laboriosas não foi perdida, visto que a documentação oral produzida com depoimentos de antigos associados não permitiu o esquecimento dessa associação, que até os dias de hoje permanece existindo, na forma de plano de saúde.

A partir de um sonho, construíram uma realidade, edificada por mãos especializadas. Nas últimas três décadas do século XX, o modelo foi copiado, sendo criadas cerca de vinte sociedades mutualistas, que não obtiveram sucesso em suas permanências.

Essa Associação, além de outras, abrangentes em maior ou menos nível obtiveram êxito em suas trajetórias, pois partiram do princípio da união e organização populacional de imigrantes portugueses que vieram fazer a América sem esmorecerem, enfrentando o desconhecido e vencendo na vida.